

REGISTROS DE LINGUAGEM: UMA INTRODUÇÃO

Juvenal Zanchetta Jr.

Embora a Língua Portuguesa, no Brasil, tenha vários dialetos, a história sempre privilegiou a linguagem escrita culta. A escola pública, por exemplo, fez esse trabalho desde o seu desenvolvimento, no século 19, ignorando a linguagem oral (onde se verifica marcadamente as diferenças dialetais) e insistindo na padronização do código, tendo como base um código escrito considerado culto, proveniente do centro-sul do país (onde estão os estados mais ricos da nação).

Apenas mais recentemente, as orientações escolares estão mais atentas à questão da linguagem oral e do respeito à diversidade lingüística observada no país. Ao se valorizar a linguagem e o conhecimento dos alunos, pretende-se preservar os dialetos e revalorizar a Língua Portuguesa como um todo, e não apenas um só tipo de registro. A Língua, no entanto, não se divide apenas em dialetos ou então entre linguagem oral e linguagem escrita. Entre o oral e o escrito, há uma gradação de prestígio social, que pode ser descrita do seguinte modo:

Linguagem formal: trata-se da linguagem de maior prestígio, cuja base é a escrita, relacionada às diversas áreas da ciência, como a física, a química, o direito, a economia e assim por diante. Uma bula de remédio tradicional, por exemplo, é plenamente compreensível apenas para médicos ou especialistas. A linguagem dos processos jurídicos é compreensível, em boa parte, apenas aos iniciados naquela área;

Linguagem intermediária: trata-se de um registro menos formal, que torna acessíveis conteúdos a públicos mais amplos. É o caso da linguagem jornalística. Um comentarista da área de economia precisa “traduzir” conceitos e conteúdos de sua área para o espectador que não domina essa área. As notícias, por sua vez, são apresentadas de maneira mais acessível, para facilitar a compreensão dos leitores.

Linguagem coloquial: trata-se da linguagem predominantemente falada, que se observa

no cotidiano das pessoas, nos momentos de integração social. Em repartições, bancos, hospitais, entre outras instituições, é preciso guardar certos elementos formais, mas a comunicação é mais fluente. O apresentador de um telejornal, por exemplo, comunica-se com o público por meio desse registro;

Linguagem popular: é a linguagem utilizada na fala distensa do dia-a-dia, entre pessoas conhecidas; é a linguagem usada nas feiras livres, carregada de frases feitas, clichês, gírias. A comunicação não depende apenas da palavra, como nos registros mais formais, mas complementa-se com os gestos, com a performance individual;

Linguagem familiar: trata-se do registro utilizado entre pessoas que se conhecem mais profundamente. Embora faça uso da palavra, a linguagem familiar se dá também com fatores não verbais, como os gestos, as atitudes, mas compartilhados por menos pessoas do que no caso da linguagem popular. A filha que pede ao pai para passear à noite com colegas pode receber a resposta com um sinal feito com a cabeça. Esse sinal pode não só indicar autorização ou não, mas também dizer o que o pai pensa a respeito do pedido da filha, como a filha deve portar-se, se ele dará dinheiro a ela para o passeio e assim por diante.

É importante frisar que não há gradação de importância entre os registros. Cada um deles apresenta características próprias e situações específicas de uso. O problema central está no preconceito: a linguagem popular tende a ser menosprezada ou ser considerada menor por aqueles que dominam os registros mais formais. Um dos grandes desafios da escola é fazer com que os indivíduos dominem o registro intermediário (em termos de escrita) e o registro coloquial (em termos de fala), que contam com maior prestígio social, possibilitando ao aluno “transitar” por outros registros, de acordo com a necessidade.



Fonte: VANOYE, F. Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita. São Paulo: Martins Fontes, 1979.